



PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL BASEADA EM PRÁTICAS TRADICIONAIS DE CURA EM JOVENS INDÍGENA: UM ESTUDO QUALITATIVO NA ESCOLA ITÁ-ARA DO POVO PITAGUARY

Yasmim Sousa Braga¹
Danubia Soares²
James Ferreira Moura Junior³

RESUMO

Este estudo busca compreender e promover a saúde mental de jovens indígenas da comunidade Pitaguary através de práticas de cura tradicionais, utilizando um enfoque qualitativo para investigar as consequências da violência estrutural e as estratégias de resistência. A pesquisa foi realizada na Escola Itá-Ara, onde os jovens discutiram questões relacionadas à violência, saúde mental e identidade. A metodologia incluiu círculos de cultura e entrevistas semiestruturadas, abordando o impacto da violência racial, estrutural e de gênero. Os resultados destacam as conexões entre a violência sistêmica enfrentada pelos jovens e suas concepções de saúde mental, bem como as práticas de cura tradicionais que atuam como mecanismos de resiliência e fortalecimento identitário. Estas práticas, como o Toré, desempenham papel fundamental na coesão comunitária e na renovação espiritual. Concluímos que a incorporação das práticas ancestrais no ambiente escolar pode contribuir significativamente para a promoção de saúde mental e para o fortalecimento das identidades indígenas.

Palavras-chave: Saúde Mental;; Práticas de Cura;; Juventude Indígena;; Violência Estrutural.

Escola Ita Ara , REAPODERE UNILAB , Discente, yasmimpitaguary@gmail.com¹
UNILAB, Instituto de Ciencias Naturais, Discente, danubiasoares202122@gmail.com²
UNILAB, REAPODERE UNILAB, Docente, james.mourajr@unilab.edu.br³



INTRODUÇÃO

A violência estrutural e as violações de direitos humanos fazem parte do cotidiano das comunidades indígenas no Brasil, sendo fatores que afetam diretamente a saúde mental de jovens indígenas (BARÓ, 2012; BOURGOIS, 2004). A juventude do povo Pitaguary enfrenta um histórico de invasão de terras e racismo, agravados pela falta de reconhecimento estatal (GONÇALVES & DO VALLE, 2022). Este projeto tem como objetivo promover a saúde mental dos jovens da Escola Itá-Ara por meio da sistematização e aplicação de práticas tradicionais de cura. Este estudo é relevante, pois explora a intersecção entre violência estrutural e saúde mental e propõe estratégias de enfrentamento baseadas em conhecimentos ancestrais (LUGONES, 2014).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2022), políticas públicas devem considerar as especificidades culturais das populações locais, o que torna essencial a incorporação dos saberes indígenas e quilombolas nas práticas de saúde mental. A escola, neste contexto, pode ser um espaço protetivo, oferecendo suporte emocional e identitário para jovens em situação de vulnerabilidade psicossocial (FREIRE, 1996).

METODOLOGIA

O estudo seguiu uma abordagem qualitativa, utilizando técnicas como entrevistas semiestruturadas e círculos de cultura para captar as percepções dos jovens sobre violência e saúde mental. As entrevistas focaram em quatro temas principais: 1) violência estrutural e seus impactos; 2) acesso a direitos e benefícios sociais; 3) experiências pessoais de violação; e 4) processos de cura (SPINK & MEDRADO, 2004; FREIRE, 2005). O software Atlas.ti foi utilizado para a análise dos dados. A Análise de Conteúdo permitiu identificar categorias de violência e saúde mental, que foram interpretadas à luz dos Estudos Decoloniais (SOUZA & SITCOVSKY, 2020; BERNARDINO-COSTA et al., 2019).

Os círculos de cultura, inspirados em Paulo Freire, criaram um espaço de diálogo onde os jovens puderam compartilhar suas experiências e refletir sobre as práticas tradicionais de cura (FREIRE, 1996). Essa técnica facilitou a construção de um conhecimento coletivo que integrou saberes populares e acadêmicos, proporcionando uma análise crítica dos problemas enfrentados pela juventude indígena (UNA, 2016).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados revelam que os jovens Pitaguary identificam o Estado como um dos principais agentes de violência contra suas comunidades, por meio de tentativas de invasão de terras e racismo institucional (GONÇALVES & DO VALLE, 2022). Eles reconhecem que suas lutas por reconhecimento e demarcação de terras precisam ser debatidas no contexto escolar. Além disso, os jovens discutiram a violência sexual e psicológica, enfatizando seu impacto profundo no bem-estar psicológico (REV_TRANSCRIÇÃO_OFICINA 1_TURMA 2º ANO, 2023).

Um dos temas mais recorrentes foi o papel do Toré, um ritual tradicional que funciona como um importante mecanismo de resistência cultural. Esse ritual é visto como um espaço de fortalecimento espiritual e de reafirmação identitária. Para os jovens, o Toré representa a renovação de suas energias e a coesão da comunidade, oferecendo-lhes um sentimento de pertencimento e identidade (CLECYA PITAGUARY, 2014, apud UNA, 2016). Segundo Guattari (2001), esses rituais permitem a criação de territórios existenciais, reafirmando a autonomia dos povos indígenas frente às forças coloniais e opressoras.



Além disso, as discussões sobre saúde mental revelaram um entendimento profundo das conexões entre os desequilíbrios emocionais e as condições sociais e ambientais. A doença foi percebida não apenas como um problema biológico, mas como uma manifestação dos desequilíbrios na relação entre o ser humano e a natureza (DELORIA, 2009). Nesse sentido, a saúde mental é vista pelos jovens Pitaguary como um processo integral, envolvendo o bem-estar físico, emocional e espiritual da comunidade.

Os jovens também relataram experiências de violência psicológica e bullying, particularmente em relação a questões de gordofobia, que afetaram sua autoestima e bem-estar emocional (REV_TRANSCRIÇÃO_OFICINA 1, 2023). Essas experiências foram contextualizadas no âmbito da violência estrutural, que permeia o cotidiano dessas comunidades, exacerbando desigualdades e prejudicando o desenvolvimento emocional dos jovens (LUGONES, 2008; SEGATO, 2011).

CONCLUSÕES

A pesquisa demonstrou que as práticas tradicionais de cura, como o Toré, são cruciais para o enfrentamento das violências estruturais sofridas pelos jovens Pitaguary. Essas práticas não apenas promovem a saúde mental, mas também fortalecem a identidade indígena, criando um espaço para resistência e renovação espiritual. A integração dessas práticas no ambiente escolar pode potencializar a promoção de saúde mental entre os jovens e contribuir para a preservação das tradições culturais.

As políticas públicas voltadas à saúde mental em comunidades indígenas e quilombolas devem incorporar essas práticas tradicionais, respeitando os saberes ancestrais e promovendo estratégias de enfrentamento baseadas na realidade vivida por esses povos (CIAMPA, 1989; SOUSA SANTOS, 2009). Ao fazer isso, é possível combater de maneira mais eficaz os efeitos da violência estrutural, promovendo uma saúde mental mais inclusiva e intercultural.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) pela Bolsa Iniciação Científica Jovem pelo apoio ao projeto, e às comunidades indígenas Pitaguary pela colaboração e compartilhamento de seus saberes ancestrais.

REFERÊNCIAS

- ALCOFF, L. *Real Knowing: New Versions of the Coherence Theory*. Ithaca: Cornell University Press, 2016.
- BARÓ, I. Martín. *Psicologia da Libertação*. São Paulo: Cortez, 2012.
- BERNARDINO-COSTA, J., MALDONADO-TORRES, N., & GROSGOUEL, R. *Decolonizing Latinx Masculinities*. New York: Duke University Press, 2019.
- BOURGOIS, P. *In Search of Respect: Selling Crack in El Barrio*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- CLECYA PITAGUARY. "Toré e a Espiritualidade Pitaguary". In: UNA, S. *Rituais e Resistências*. Fortaleza: UFC, 2016.
- DELORIA, V. *Spirit and Reason: The Vine Deloria, Jr. Reader*. Golden, CO: Fulcrum Publishing, 2009.
- FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GONÇALVES, C. R. B., DO VALLE, C. G. *Fronteiras, conflitos e identidades em um território indígena em*



disputa: o caso Pitaguary, Ceará. Revista Antropolítica, Niterói, v. 54, n. 1, 2022.

GUATTARI, F. Cartografias do desejo. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

LUGONES, M. Colonialidade e Gênero. Tabula Rasa, v. 19, p. 73-101, 2014.

SEGATO, R. A Colonialidade do Gênero. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

